

No Congresso tudo acaba se resolvendo em família

O país está assistindo nas últimas semanas uma onda de cobranças da sociedade sobre os políticos. O primeiro movimento neste sentido foi registrado nas eleições municipais, quando políticos tradicionais foram batidos por candidatos mais transparentes, com um compromisso mais nítido com a moralidade da administração pública. Hoje o Rio torce pela vereadora Regina Gordilho na sua incansável luta para moralizar a Câmara. Em São Paulo, o vereador Eduardo Suplicy vê-se às voltas entre o clamor da opinião pública e a reação de seus colegas, que tentam de todos recursos para impedir que os nomes dos seus apadrinhados e respectivos salários sejam divulgados. Esta onda estende-se a Maceió, na luta entre o governador Collor de Mello e a Assembleia Legislativa, vai ao Rio Grande do Sul e, por fim, chega um pouco tarde em Brasília.

Só com o esforço da pesquisadora Maria Aparecida de Oliveira, e um paciente trabalho de reportagem, obteve-se a lista dos parentes dos deputados empregados na Câmara, divulgada ontem pelo JORNAL DO BRASIL. Embora a lista aponte 193 deputados, de um total de 495, é possível que ainda não esteja completa. Pesquisa mais aprofundada revelará mais nomes. O curioso é que em um Congresso com parlamentares, das mais diversas matizes ideológicas, nenhum deles tenha se lembrado até agora de requisitar uma listagem destas. O esforço de moralização começou de fora.

O tema não parece sensibilizar muito a Casa, por exemplo, o fisiologismo ocorreu até na recente eleição do deputado Paes de Andrade a presidência da Câmara. O Palácio do Planalto, preocupado em não deixar que o PMDB indicasse o deputado Bernardo Cabral antigovernista declarado, para concorrer a presidência botou a máquina administrativa para funcionar. Parlamentares com bom poder de fogo dentro da Câmara foram seduzidos para a candidatura de Paes de Andrade, graças ao direito de indicar alguns afilhados para cargos públicos.

Pode parecer simples patrulhismo da imprensa ao se apontar a lista de parentes pendurados na folha de pagamento da Câmara, mas há duas questões fundamentais neste tema. Por um lado, trata-se de uma questão ética. Como explicar que um senador ou deputado pense apenas na família na hora de preencher cargos que o contribuinte lhe põe à disposição para exercer bem seu mandato? Na maioria dos casos trata-se de nomeação apenas para melhorar o rendimento familiar, sem nenhuma obrigação em contrapartida. Mesmo porque dezenas destes parentes deles sequer sabem onde fica o Congresso, recebem seus salários há centenas de quilômetros do livro de ponto. Cabe indagar: como um parlamentar que nomeia um parente para um bom emprego sem exigir-lhe desempenho da função pode estar prestando serviços confiáveis ao seu eleitorado? Como ele se portará quando tiver um cargo do Executivo à mão, caso chegue lá?

Além destes aspectos éticos, há outro de conteúdo mais prático. Bate no enorme desaparelhamento do Congresso para exercer os poderes que a nova Constituição lhe atribuiu. Tendo como assessores parentes despreparados, ao invés de técnicos, os deputados ficam totalmente desguarnecidos para debaterem questões fundamentais do país, como o Orçamento da União, por exemplo. Ou ainda, as Medidas Provisórias que efetivaram o Plano Verão, cujas consequências se refletem diretamente na vida dos seus eleitores. Atordoados com tanto poder e tanto despreparo, deputados vem votando de orelha, acompanhando o palpite de duas ou três dezenas de parlamentares mais informados e bem assessorados. Afinal, não será com o filho ou a mulher, pendurados na folha de pagamentos de seus gabinetes, que os parlamentares serão corretamente assessorados sobre como votar a Medida Provisória que determinava a demissão de 90 mil funcionários públicos. Medida que causou tanto horror a um Congresso movido pelo empreguismo que sequer chegou a ser examinada, foi desconjurada e devolvida ao Executivo com a rapidez de quem furta.

O empreguismo, nepotismo, moralidade na política serão temas muito debatidos na sucessão presidencial. Candidatos dos grandes partidos estão evitando explorá-lo, ou porque tem o rabo preso, ou temendo descontentar parte do eleitorado. A bandeira vem sendo tomada por candidatos de partidos menores, como Affonso Camargo, do PTB, Guilherme Afif Domingos, do PL, e o governador Fernando Collor de Mello, sem partido. Mais uma vez os políticos tradicionais podem ser ultrapassados pela modernidade, como nas eleições municipais.